

# Adiada votação da dívida

por Maria Clara R. M. do Prado  
de Brasília

O projeto do senador José Fogaça (PMDB-RS) sobre o acordo da dívida externa com os bancos credores privados será levado novamente ao plenário do Senado Federal nesta segunda-feira, mas o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) já adianta que só será colocado em votação no caso de haver quorum, o que implica ter 41 senadores presentes à sessão. Na sexta-feira, o acordo deixou de ser votado justamente porque Suplicy decidiu pedir averiguação de quorum.

Fogaça explicou para este jornal que, no caso de não haver possibilidade de o acordo ser votado nesta segunda-feira, o projeto de resolução de sua autoria (que apóia os termos negociados com os bancos credores e apenas exige que o acordo volte para a apreciação do Senado antes dos contratos serem assinados) seria levado novamente ao plenário do Senado a partir de 11 de janeiro, quando se prevê que o Congresso seja convocado extraordinariamente pelo Executivo.

O senador Suplicy apresentou seis emendas ao projeto. Uma delas prevê que só quando o País firmar efetivamente os contratos com os credores — o que poderia acontecer até 30 de novembro do ano que

vem — é que deveria ser ampliado de 30 para 50% o pagamento dos juros correntes devidos aos bancos credores. Suplicy também quer rever a questão da possibilidade de alguns bônus da dívida externa poderem ser usados no programa de privatização sem deságio, pelo valor de face dos papéis. Ele também se preocupa com a capacidade de pagamento na medida em que o Congresso ainda não aprovou o ajuste fiscal. "O Pedro Malan (negociador da dívida externa) me indicou que o País deve fechar este ano com superávit fiscal primário em torno de 1,8% do PIB, mas pelos cálculos que tenho o superávit deve ser menor", disse, lembrando que a meta negociada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) era superávit primário de 3% do PIB neste ano.

O senador Fogaça já antecipou a este jornal que vai dar parecer contrário não só às emendas do senador Suplicy, mas também às duas emendas apresentadas pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB) que pretendiam permitir a conversão dos bônus da dívida, pelo valor de face, para projetos de desenvolvimento do Norte e Nordeste. Um projeto de sua autoria, neste sentido, foi aprovado na segunda-feira pelo Senado e precisa agora passar pelo crivo da Câmara dos Deputados.